

Boletim do Trabalho e Emprego

46

1.^a SÉRIE

Edição: Direcção de Serviços de Informação Científica e Técnica (SICT) — Ministério do Emprego e da Segurança Social

Preço 38\$00
(IVA incluído)

BOL. TRAB. EMP.	1. ^a SÉRIE	LISBOA	VOL. 61	N.º 46	P. 1997-2002	15 - DEZEMBRO - 1994
-----------------	-----------------------	--------	---------	--------	--------------	----------------------

ÍNDICE

Regulamentação do trabalho:

Portarias de extensão:

	Pág.
— Aviso para PE das alterações ao CCT entre a APICCAPS — Assoc. Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e Seus Sucedâneos e a FESETE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e outros	1999
— Aviso para PE das alterações aos CCT entre a AIHSA — Assoc. dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve e a FESHOT — Feder. dos Sind. da Hotelaria e Turismo de Portugal e outros e entre a mesma associação e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro	1999
— Aviso para PE das alterações aos CCT entre a Assoc. dos Industriais de Hotelaria, Restaurantes e Similares do Centro e a FESHOT — Feder. dos Sind. da Hotelaria e Turismo de Portugal e outras e entre a mesma associação patronal e o SINDHAT — Sind. Democrático da Hotelaria, Alimentação e Turismo	1999

Convenções colectivas de trabalho:

— CCT entre a AIHSA — Assoc. dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro — Alteração salarial e outras	2000
— AE entre a EVA — Transportes, S. A., e o SIQTER — Sind. dos Quadros e Técnicos dos Transportes e outro (quadros e técnicos) (alteração salarial e outras) — Rectificação	2002



SIGLAS

CCT — Contrato colectivo de trabalho.
ACT — Acordo colectivo de trabalho.
PRT — Portaria de regulamentação de trabalho.
PE — Portaria de extensão.
CT — Comissão técnica.
DA — Decisão arbitral.
AE — Acordo de empresa.

ABREVIATURAS

Feder. — Federação.
Assoc. — Associação.
Sind. — Sindicato.
Ind. — Indústria.
Dist. — Distrito.

Composição e impressão: IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P. — Depósito legal n.º 8820/85 — Tiragem: 3500 ex.

REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

PORTARIAS DE EXTENSÃO

Aviso para PE das alterações ao CCT entre a APICCAPS — Assoc. Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e Seus Sucedâneos e a FESETE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e outros.

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma PE do CCT mencionado em título, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 44, de 29 de Novembro de 1994.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 do citado artigo, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro, tornará extensivas

as disposições constantes do aludido CCT no território do continente a todas as entidades patronais que não estando inscritas na associação patronal outorgante exerçam a actividade económica regulada pela convenção e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas, bem como aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais não representados pelas associações sindicais outorgantes ao serviço das entidades patronais inscritas na associação patronal outorgante.

Aviso para PE das alterações aos CCT entre a AIHSA — Assoc. dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve e a FESHOT — Feder. dos Sind. da Hotelaria e Turismo de Portugal e outros e entre a mesma associação e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro.

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma PE das convenções colectivas de trabalho em título, publicadas, respectivamente no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 37, de 8 de Outubro de 1994 e nesta data.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos aludidos preceito e diploma, tornará as disposições constantes daquelas convenções extensivas a todas as entida-

des patronais não inscritas na associação patronal signatária que no distrito de Faro exerçam a actividade económica por aquela abrangida e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas filiados nas associações sindicais signatárias, bem como a todas as entidades patronais inscritas ou não na associação patronal signatária que no distrito de Faro exerçam a actividade económica por aquela abrangida e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas não filiados nas associações sindicais signatárias.

Aviso para PE das alterações aos CCT entre a Assoc. dos Industriais de Hotelaria, Restaurantes e Similares do Centro e a FESHOT — Feder. dos Sind. da Hotelaria e Turismo de Portugal e outras e entre a mesma associação patronal e o SINDHAT — Sind. Democrático da Hotelaria, Alimentação e Turismo.

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma PE das convenções colectivas de trabalho em epígrafe, publicados, respectivamente no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 40, de 29 de Outubro de 1994, e 44, de 29 de Novembro de 1994.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 do preceito e diploma aludido, tornará as disposições constantes daquelas convenções extensivas a todas as entidades patronais não inscritas na associação patronal signatária que na área das convenções — distritos de Coimbra, Leiria, Castelo Branco e Guarda e no concelho de Ou-

rém — exerçam a actividade económica por aquela abrangida e aos trabalhadores ao serviço das mesmas das profissões e categorias profissionais previstas filiados nas associações sindicais signatárias, bem como a todas as entidades patronais inscritas ou não na associação patronal signatária que na área das convenções — distritos de Coimbra, Leiria, Castelo Branco e Guarda e no concelho de Ourém — exerçam a actividade económica por aquela abrangida e aos trabalhadores ao serviço das mesmas das profissões e categorias profissionais previstas não filiados nas associações sindicais signatárias.

A portaria a emitir não abrangerá as empresas de *catering*, cantinas, refeitórios e fábricas de refeições.

CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

CCT entre a AIHSA — Assoc. dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro — Alteração salarial e outras

Cláusula 63.^a

Subsídio de línguas

1 — Os profissionais de hotelaria e telefonistas que no exercício das suas funções utilizem conhecimentos de idiomas estrangeiros em contacto directo ou telefónico com o público, independentemente da sua categoria, têm direito a um subsídio pecuniário de 3400\$ por mês por cada uma das línguas francesa, inglesa ou alemã, salvo se qualquer destes idiomas for o da sua nacionalidade.

2, 3 e 4 —

Cláusula 64.^a

Abono para falhas

Aos controladores-caixas que movimentem regularmente dinheiro, aos caixas, aos tesoureiros, aos cobradores e aos trabalhadores que os substituem nos seus impedimentos prolongados será atribuído um abono para falhas correspondente a 4750\$.

Cláusula 73.^a

Retribuição mínima dos extras

1 — O pessoal contratado para os serviços extra será remunerado pela entidade patronal contratante e receberá as remunerações mínimas constantes da tabela seguinte:

Chefe de mesa — 5850\$;
Chefe de bar — 5850\$;
Chefe de pasteleiro e primeiro pasteleiro — 5850\$;
Chefe de cozinha — 5850\$;
Primeiro-cozinheiro — 5500\$;
Empregado de mesa e bar — 5300\$;
Todos os outros profissionais — 5300\$.

2, 3, 4 e 5 —

Cláusula 76.^a

Direito de alimentação

1 — Todos os trabalhadores têm direito a alimentação, que será prestada, segundo a opção da entidade patronal, em espécie ou através de um subsídio mensal de 14 600\$ no caso de estabelecimento que forneça refeições cozinhadas.

2 — Quando a alimentação for prestada em espécie, o seu valor pecuniário para todos os efeitos do presente contrato será de 3750\$. Nos restantes estabelecimentos que não tenham serviço de restaurante o subsídio de refeição mensal será de 6150\$.

Cláusula 79.^a

Valor pecuniário da alimentação

1 — As refeições avulsas que não possam ser tomadas serão pagas aos trabalhadores pelos valores mínimos seguintes:

- a) Pequeno-almoço — 260\$;
- b) Ceia simples — 410\$;
- c) Almoço, jantar ou ceia completa — 820\$.

.....

III — Garantias de aumento mínimo

1 — É garantido a todos os trabalhadores um aumento mínimo, a partir de 1 de Janeiro de 1994, sobre a respectiva remuneração pecuniária de base se da aplicação da tabela salarial anexa lhes resultar um aumento inferior ao constante do número seguinte ou não resultar qualquer aumento.

2 — O valor de aumento mínimo garantido referido no número anterior é de:

- 2500\$ para os trabalhadores das empresas dos grupos I e II;
- 1800\$ para os trabalhadores das empresas dos grupos III e IV;
- 1300\$ para os trabalhadores aprendizes e estagiários de quaisquer grupos.

IV — Produção de efeitos

1 — As presentes alterações produzem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1994.

2 — Os retroactivos resultantes da presente actualização poderão ser pagos até 31 de Dezembro de 1994.

V — Vigência de revisão

1 — O presente CCT terá a duração máxima de 12 meses.

2 — Poderá ser denunciado decorridos 10 meses sobre a data de produção de efeitos da tabela salarial.

ANEXO III

Tabela de remunerações mínimas

A) Unidades e estabelecimentos hoteleiros e campos de golfe (Inclui e abrange pensões e outros similares de alojamento)

Período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1994

Níveis	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D
A	160 500\$00	158 300\$00	140 500\$00	139 900\$00
B	150 500\$00	148 700\$00	131 400\$00	131 200\$00
C	123 900\$00	122 300\$00	110 700\$00	109 800\$00
D	113 700\$00	112 000\$00	101 700\$00	101 400\$00
E	107 900\$00	106 300\$00	96 600\$00	96 400\$00
F	102 500\$00	101 300\$00	92 000\$00	91 500\$00
G	92 200\$00	90 600\$00	82 000\$00	81 700\$00
H	81 700\$00	80 700\$00	73 000\$00	72 300\$00
I	76 800\$00	75 800\$00	68 300\$00	67 600\$00
J	69 900\$00	68 800\$00	62 500\$00	61 800\$00
L	60 000\$00	59 100\$00	56 100\$00	55 200\$00
M	51 700\$00	50 400\$00	41 800\$00	41 700\$00
N	40 600\$00	40 400\$00	37 100\$00	36 800\$00

Período de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1994

Níveis	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D
A	163 600\$00	161 300\$00	143 300\$00	142 600\$00
B	153 500\$00	151 600\$00	133 900\$00	133 700\$00
C	126 300\$00	124 700\$00	112 800\$00	112 000\$00
D	115 900\$00	114 200\$00	103 700\$00	103 400\$00
E	110 000\$00	108 400\$00	98 400\$00	98 200\$00
F	104 500\$00	103 300\$00	93 800\$00	93 300\$00
G	94 000\$00	92 300\$00	83 600\$00	83 300\$00
H	83 300\$00	82 300\$00	74 400\$00	73 700\$00
I	78 300\$00	77 000\$00	69 700\$00	68 900\$00
J	71 200\$00	70 100\$00	63 700\$00	63 000\$00
L	61 200\$00	60 200\$00	57 200\$00	56 200\$00
M	52 700\$00	51 400\$00	42 600\$00	42 500\$00
N	41 400\$00	41 200\$00	37 800\$00	37 500\$00

B) Restaurante, cafés e outros similares de comidas e bebidas

De 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1994

Níveis	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D
B	138 400\$00	129 600\$00	121 800\$00	105 800\$00
C	114 000\$00	108 500\$00	102 600\$00	86 000\$00
D	103 500\$00	99 400\$00	91 700\$00	78 600\$00
E	98 600\$00	95 600\$00	88 500\$00	75 100\$00
F	94 100\$00	91 500\$00	84 800\$00	71 900\$00
G	86 100\$00	84 500\$00	77 700\$00	65 600\$00
H	76 500\$00	74 500\$00	69 300\$00	59 100\$00
I	70 800\$00	68 000\$00	62 700\$00	54 100\$00
J	64 700\$00	62 400\$00	58 500\$00	52 500\$00
L	58 100\$00	56 900\$00	52 000\$00	51 700\$00
M	48 800\$00	48 000\$00	41 100\$00	39 400\$00
N	38 600\$00	38 000\$00	34 700\$00	34 200\$00

De 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1994

Níveis	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D
B	141 100\$00	132 100\$00	124 200\$00	107 900\$00
C	116 200\$00	110 600\$00	104 000\$00	87 600\$00
D	105 500\$00	101 400\$00	93 500\$00	80 200\$00
E	100 500\$00	97 500\$00	90 200\$00	76 600\$00
F	95 900\$00	93 300\$00	86 500\$00	73 300\$00
G	87 700\$00	86 100\$00	79 200\$00	66 800\$00
H	78 000\$00	76 000\$00	70 600\$00	60 200\$00
I	72 200\$00	69 300\$00	63 900\$00	55 200\$00
J	66 000\$00	63 600\$00	59 600\$00	53 500\$00
L	59 300\$00	58 000\$00	53 000\$00	52 700\$00
M	49 700\$00	49 000\$00	41 900\$00	40 200\$00
N	39 300\$00	38 700\$00	35 300\$00	34 900\$00

Lisboa, 3 de Outubro de 1994.

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, em representação dos seguintes sindicatos filiados:

SITese — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias;
SITEMAQ — Sindicato da Mestranga e Marinhagem da Marinha Mercante e Fogueiros de Terra:

(Assinatura ilegível.)

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 17 de Outubro de 1994.

Depositado em 2 de Dezembro de 1994, a fl. 93 do livro n.º 7, com o n.º 324/94, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

AE entre a EVA — Transportes, S. A., e o SIQTER — Sind. dos Quadros e Técnicos dos Transportes e outro (quadros e técnicos) (alteração salarial e outras) — Rectificação

Por ter sido publicado com inexactidão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 43, de 22 de Novembro de 1994, o AE mencionado em título, a seguir se procede à necessária rectificação.

Assim, no final do texto, a p. 1976, onde se lê:

Entrado em 24 de Junho de 1994.

Depositado em 10 de Setembro de 1994, a fl. 92 do livro n.º 7, com o n.º 317/94, nos termos

do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

deve ler-se:

Entrado em 24 de Junho de 1994.

Depositado em 10 de Novembro de 1994, a fl. 92 do livro n.º 7, com o n.º 317/94, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.